



Núcleo de Lisboa

- RESENHA HISTÓRICA -

O clima político que o País atravessou durante e após a Grande Guerra não permitiu oferecer aos valorosos combatentes portugueses, que entretanto regressaram de França, o acolhimento solidário e reconhecido que o seu sacrifício justificava. Este facto levou a que muitos dos combatentes, nomeadamente os feridos, mutilados, exaustos e deprimidos, que, ignorados pelo Estado, foram em muitos casos também hostilizados pelas próprias famílias, tentando aliviar dessa forma, a já depauperada e miserável situação em que já se encontravam.

É perante este quadro de degradante penúria e sofrimento em que viviam muitos inválidos de guerra, viúvas e órfãos, que um grupo de combatentes animados de forte patriotismo, altruísmo e sentido de solidariedade, decidem no final de 1919, dar os primeiros passos com vista à criação de uma organização que pudesse dar resposta a tamanha situação de injustiça, à semelhança de associações congéneres, entretanto surgidas noutros países. Desse grupo inicial de inconformados com a situação do Combatentes, sobressai o 2.º Sargento miliciano licenciado, João Jayme de Faria Affonso. Espírito inconformista e obstinado, consegue apesar das infrutíferas tentativas anteriores e contra todas as vicissitudes, a adesão de um grande número de portugueses que também tinham participado na guerra, à ideia patriótica e generosa de criação de uma associação de apoio aos retornados de guerra e suas famílias.

Para esse Projeto contou com o valioso contributo do 2.º Tenente de Marinha, Horácio Faria Pereira e do Tenente de Artilharia de Campanha, reformado, Joaquim de Figueiredo Ministro, a par da congregação das vontades então já reunidas nas Juntas Patrióticas, que de norte a sul do país iam tomando forma. Das reuniões dessa Comissão Organizadora, no próprio escritório cedido por Faria Afonso, na Rua de S. Paulo, 260-1º Andar, em Lisboa e já com o contributo dos Tenente-Coronel de Infantaria João Maria Ferreira do Amaral e do Tenente-coronel Francisco de Aragão, são elaboradas as bases estatutárias da futura Associação. Esse primeiro projeto de estatutos idealizado por Faria Affonso foi desenvolvido por Faria Pereira.

Na Reunião de 16 de outubro de 1923, é feito um resumo das ações desenvolvidas pela Comissão, nomeadamente das diligências com vista à publicação dos estatutos, instrumento fundamental para a oficialização da Associação. Porém o aspeto fundamental desta reunião terá sido a constituição de uma Direção da «Liga dos Combatentes da Grande Guerra», génese da atual Liga dos Combatentes. Mas o facto mais relevante para a História do Núcleo de Lisboa foi a nomeação do Tenente-coronel Ferreira do Amaral para Presidente da «Agência de Lisboa», cargo que exerceu até 11 de março de 1925.

O Tenente-coronel Ferreira do Amaral passou a integrar o grupo de fundadores da Liga após o marasmo inicial e é nesta fase que se verificam os progressos indispensáveis ao sucesso do patriótico projeto. Como se pode constatar, até esse momento o historial da «Agência de Lisboa» dilui-se no da «Liga dos Combatentes da Grande Guerra», pois os protagonistas eram sensivelmente os mesmos e foi na Agência da capital que ficaram associados os seus membros. Isto sem desprimor

para os outros entusiásticos e abnegados combatentes que noutras cidades e lugares pugnaram e conseguiram, criar outras «Agências» e «Delegações». De facto o Tenente-coronel Ferreira do Amaral continuou a trabalhar com o grupo fundador, não só pelo facto da Agência funcionar, ainda que provisoriamente, nas instalações da Liga, mas também pelo reconhecimento das suas qualidades e pela confiança que nele depositavam. Isso explica que o Presidente da Agência tenha sido um dos oradores escolhidos para discursar na Cerimónia solene de inauguração da 1ª sede oficial da Liga, no Largo da Trindade, n.º 17 – 2.º Andar, em 23 de Fevereiro de 1924 e que mereceu a presidência do Ministro da Guerra, em representação do Presidente da República.

Antes desse significativo evento, em 29 de janeiro de 1924, finalmente é publicada no Diário do Governo Nº 22, 1.ª série, a Portaria 3888, que vem oficializar a Liga dos Combatentes da Grande Guerra e definido o enquadramento funcional das Agências e Delegações, que entretanto já se encontravam em funcionamento! A Agência de Lisboa reúne pela primeira vez a 16 de junho de 1924, pelas vinte horas, na sede da Direção da Agência, no Largo Trindade Coelho, 17-2.º Andar, em Lisboa. Nesta primeira reunião participaram o Presidente João Maria Ferreira do Amaral e, Miguel Maurício de Faria, Virgílio de Faria Pereira e José Gonzaga Pereira, como membros da Direção (provisória), todos eles combatentes da Grande Guerra.

Nesta primeira reunião o Presidente da Agência, depois de historiar o desenvolvimento e organização da Liga e usando os poderes que lhe foram conferidos nomeou os restantes elementos da 1.ª Direção Oficial que ficou assim constituída: Tesoureiro: Miguel Maurício de Faria; Secretário: Virgílio de Faria Pereira; e Vogal da Direção: José Gonzaga Pereira. Desempenhava a função de Amanuense o Sargento combatente Álvaro Ferreira. Como factos também relevantes dessa primeira reunião salienta-se o «estabelecimento» das Delegações entretanto criadas e dependentes da Agência de Lisboa e respectivos Presidentes, que, pelo seu interesse histórico se discriminam: “La Lys”, 1.º Bairro de Lisboa – Décio Pereira Coutinho; “Augusto Castilho”, 2º Bairro de Lisboa – Francisco António da Silva Azevedo Alpoim; “Rovuma”, 3º Bairro de Lisboa – Dr. Ernesto Carneiro Franco “Naulila”, 4º Bairro de Lisboa – Manuel Alberto Figueiredo de Carvalho; “Oeiras” – Manuel Gonçalves de Monteiro; “Torres Vedras” – Fernando de Carvalhosa; “Mafra” – Dr. António Bento Franco; “Cascais” – Dr. Francisco Avelino de Souza Amado; “Sintra” – Jayme Garcia Lemos; “Alcacer do Sal” – António Augusto dos Santos Júnior; “Sezimbra” – Dr. Manoel José Lourenço; “Grandola” – Raymundo Martins Ramos; “São Thiago do Cacem” – José Pereira Constantino.

Em setembro de 1926, a Agência deixou as instalações provisórias cedidas pela Secretaria de Estado da Aeronáutica e mudou-se para novas instalações na Calçada dos Caetanos, 18 (hoje Rua João Pereira da Rosa). Aí se manteve até 1951, altura em que passou para a Rua do Século, 50-1º Andar. Mas antes de se voltar a fixar novamente na Rua João Pereira da Rosa, 18, onde permanece até 1972 e hoje ainda se mantém, a Agência de Lisboa esteve instalada na Rua Presidente Arriaga, Nº 6-1º, até 15 de Junho de 1992.

De então até aos dias de hoje várias Direções se sucederam, redefiniu-se a área de influência e foram efetuadas algumas alterações estatutárias, com reflexo na atividade do Núcleo de Lisboa, contudo, permanecem válidos os valores iniciais que justificaram a sua criação e, em cumprimento dos objetivos da Liga, na área de Lisboa. Dessas alterações, foram certamente as decorrentes da Portaria 745/75, de 16 de Dezembro, que alterou a designação da Agência para Núcleo de Lisboa, que hoje mantém e a que alargou o âmbito dos associados, as que mais impacto tiveram. Assim a inclusão como sócios Combatentes dos ex-militares nas antigas colónias de África e Ásia, terá sido a de maior impacto teve na vida do Núcleo e que mais se reflete atualmente, tendo em conta que são os associados ligados aos teatros de operações da Guiné, Angola e Moçambique que constituem a maioria dos seus associados.

MONUMENTOS AOS COMBATENTES DENTRO DA CIDADE DE LISBOA

MONUMENTO À GUERRA PENINSULAR

Está situado em Entrecampos, em Lisboa. Construído para lembrança das lutas heroicas e do sacrifício da Nação durante as três invasões Francesas. Trabalho do Escultor José de Oliveira Ferreira e do Arquiteto Francisco de Oliveira Ferreira. A primeira pedra foi lançada em 1908 e o monumento foi inaugurado em 8 de janeiro de 1933, pelo Chefe do Estado, General Óscar Fragoso Carmona, por ocasião dos festejos do 1.º Centenário. Estiveram presentes o Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, General Daniel de Sousa e o Embaixador de Inglaterra, neto do Lorde Russel, que participou na parte final da guerra. É um monumento majestoso, encimado por um conjunto escultórico em bronze onde se destaca o arrebatamento da bandeira nacional das garras da águia de Napoleão, que foge esvoaçando. Sobressai ainda a figura da «Pátria» empunhando a gloriosa espada do fundador da nacionalidade, D. Afonso Henriques, a receber a bandeira que lhe é confiada.

MONUMENTO AOS COMBATENTES MORTOS NA GRANDE GUERRA

Está situado na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Trata-se duma obra do Escultor Maximiano Alves e dos Arquitetos Guilherme e Carlos Rebelo de Andrade que se inspiraram na divisa «o Esforço da Raça a Pátria eleva». Neste impressionante monumento esculpido em calcário, sobressai a figura da «Mãe Pátria» com as cinco quinas no peito, virada para nascente, abraçando a bandeira com a mão esquerda enquanto a direita coroa com os louros da glória, o valoroso soldado português, submisso a seus pés. Junto à coluna do monumento, de ambos os lados, sustendo o conjunto e sob a inscrição «Grande Guerra», duas figuras hercúleas, representando o «Esforço» e a «Suprema vontade» de defender a Pátria. Na coluna, ainda virada a nascente sobressai o lema «Ao serviço da Pátria o esforço da grei», ornamentado na base com um arranjo vegetal, em bronze. No lado oposto da coluna, parte posterior uma outra legenda recorda os momentos marcantes do evento, a data da declaração da guerra, 9 de março de 1916 e do armistício, 11 de novembro de 1918. Por baixo, um outro conjunto igualmente em bronze, onde sobressaem objetos da vida quotidiana dos militares como o capacete, pente de balas, máscara e bolsa, envoltos em elementos vegetais. Todo este conjunto assenta numa base com o formato de uma «Cruz de Guerra», rematado nos cantos por um conjunto escultórico composto por dois escudos sem relevo separados por um punhal e coroados por uma grinalda. A primeira pedra foi colocada em 9 de abril de 1923, em presença do Presidente da República, Dr. António José de Almeida. O monumento foi inaugurado em 18 de novembro de 1931, cerimónia que contou com a participação do Presidente da República, General Óscar Fragoso Carmona e de outras altas entidades civis e militares.

MONUMENTO À RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Está localizado na Praça dos Restauradores, em Lisboa. Trata-se dum monumento consagrado à restauração e à reconquista da independência nacional, depois de sessenta anos de domínio castelhano. Trata-se de um conjunto de grande simplicidade e harmonia que foi projetado pelo Professor de Belas-Artes António Tomás da Fonseca e cuja construção esteve a cargo de Sérgio Augusto de Barros. Com trinta metros de altura o memorial é composto basicamente por pedestal ou base, obelisco e envasamento. Na face norte do pedestal encontra-se uma imponente figura em bronze, representando o génio da Victória, que ostenta na mão esquerda uma palma e na direita, erguida ao alto, a coroa da glória. Este grupo escultórico foi executado pelo escultor Simões de Almeida. No lado oposto, virado a sul, uma outra imponente figura, igualmente em bronze, de um jovem alado rebentando os grilhões que o manietavam, representa o génio da liberdade e da independência, trabalho este que foi executado pelo escultor Alberto Nunes. Nas quatro faces do monumento destacam-se vários elementos, em pedra, tais como o escudo real e os grupos de

armaduras, estandartes e outros objetos militares, a par de variadas inscrições e datas, em referência ao feito militar que pretendem exaltar. Numa das legendas pode ler-se «AOS RESTAURADORES DE 1640 – 1.º de Dezembro de 1640» E NA OUTRA «EM 1886 POR SUBSCRIÇÃO NACIONAL ERIGIU A COMISSÃO CENTRAL DO PRIMEIRO DE DEZEMBRO DE 1640».

MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

Está situado na freguesia de Santa Maria de Belém, junto à margem direita do Tejo, em Lisboa, enquadrado no côncavo do paredão norte do forte do Bom Sucesso, que o complementa. A guerra que de 1961 a 1975 deflagrou em várias frentes nos territórios do antigo Ultramar Português, em Angola, Guiné e Moçambique, implicou um enorme esforço financeiro e conduziu a um ainda maior sacrifício humano, que levou ao perecimento de muitos militares na alvorada das suas vidas. No sentido de perpetuar a memória desses Combatentes algumas Unidades Militares passaram a atribuir os nomes desses heróis a locais de relevo nos aquartelamentos a que pertenceram enquanto outras edificaram mesmo pequenos Monumentos evocativos. A sociedade civil não ficou alheia a este ato cívico e em muitos Municípios assistiu-se à construção de pequenos monumentos ou à designação de ruas e locais com o nome dos conterrâneos mortos. Com estes sinais pairava a necessidade de construir um monumento nacional que honrasse a memória dos que pereciam em solo Africano, à semelhança dos que foram edificados após a Grande Guerra.